

## FINANÇAS SOLIDÁRIAS NO ESTADO DA PARAÍBA: A EXPERIÊNCIA CONTEMPORÂNEA DOS FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS

### Finanças Solidárias

Profa. Dra. Alicia Ferreira Gonçalves - PPGA/PRODEMA - UFPB – aliciafg1@hotmail.com

Clarício dos Santos Filho - Coordenador de Estudos e Pesquisas do BNB / ETENE – claricio@bnb.gov.br

#### Resumo

*Este artigo analisa as experiências contemporâneas dos Fundos Rotativos Solidários (FRS) nos assentamentos rurais situados no Estado da Paraíba. Os FRS são instrumentos de finanças solidárias (a fundo perdido) direcionados às comunidades camponesas que praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança, e que decidem reinvestir parte desta em prol da própria comunidade. O foco central dos fundos é fortalecer as dinâmicas territoriais e inserir a comunidade no circuito mercantil. A proposta suscita problematizações: Em que medida práticas ancestrais de reciprocidade presentes no meio rural aliadas às finanças solidárias contribui para o desenvolvimento territorial? Para uma remodelação nas relações de gênero? Para a construção de uma cultura agro-ecológica? A análise está baseada em uma pesquisa de avaliação etnográfica financiada pelo CNPq e BNB junto a 15 assentamentos (31 famílias).*

*Palavras-chave: Finanças solidárias; Fundos rotativos solidários; Reciprocidade; Desenvolvimento territorial.*

#### 1. Introdução

Les hommes des sociétés sauvages ou traditionnelles n'ignoraient pas l'intérêt matériel. Mais ils se refusaient à légitimer son autonomisation (CAILLÉ, 2003).

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) são instrumentos de finanças solidárias (a fundo perdido) direcionados às comunidades camponesas que praticam a autogestão dos referidos fundos, formando uma poupança, e que decidem reinvestir parte desta em prol da própria comunidade. O foco central dos fundos é fortalecer as dinâmicas territoriais, promover a emancipação política e o circuito da reciprocidade como práticas ancestrais do universo camponês e, simultaneamente, inserir a comunidade no circuito mercantil, via comercialização direta do excedente da agricultura familiar nas feiras locais e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo HECK (2006), os FRS se configuram como uma política social complementar ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e ao Programa Bolsa Família (PBF),

As 8,7 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família, as mais pobres do país, precisam de um instrumento de apoio para que possam construir as 'portas de saída', provendo seu autosustento e sua emancipação. Hoje não existe nenhum programa governamental que garanta este apoio, a não ser alguns tipos de Pronaf, para o meio rural. Há um vácuo de crédito para famílias como as que recebem o Bolsa Família, e que precisa ser ocupado. Só no Nordeste existem hoje 180 organizações que trabalham com fundos de crédito solidário. Imagina-se que existam hoje no Brasil

mais de 15 mil empreendimentos e grupos de geração de trabalho e renda que, potencialmente, podem ser participantes ou estão à espera de apoio. A ideia é disponibilizar recursos financeiros, não reembolsáveis e sem burocracia para viabilizar experiências de Fundos Rotativos Solidários (HECK, 2006, p.1).

Segundo o autor, “os recursos podem ser originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de fundos de ação social, ser de origem orçamentária ou de bancos públicos” (HECK, 2006, p.1). Para além do crédito não reembolsável, o foco central dos fundos são os interesses das comunidades e a solidariedade tecida em suas relações sociais como poderoso instrumento na geração da renda e no combate à pobreza. Portanto, em seu desenho e metodologia, o papel atribuído aos fundos não é o de prover o crédito segundo uma lógica financeira tradicional e/ou segundo uma lógica clientelista, mas sim, político-pedagógico que viabiliza a emancipação das comunidades beneficiárias a partir da lógica da solidariedade e nas práticas de reciprocidade, como sinaliza a pesquisa realizada por Mota (2009) no município de Irauçuba – com maior índice de desertificação no sertão do Ceará.

Segundo Duque e Oliveira (2007) a idéia de fundos que circulam na comunidade é antiga no Estado da Paraíba: data de 30 anos, quando pequenos agricultores apoiados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se associavam para disponibilizar e gerir recursos financeiros visando atender às necessidades imediatas da comunidade, que ressarcia tais recursos trocando produtos entre si (como porcos, cabras, galinhas e sementes) configurando, desde longa data, a partir das relações de troca, o circuito da dádiva,

Baseia-se na cooperação dos atores envolvidos, a partir dos laços sociais de solidariedade, confiança e reciprocidade entre eles estabelecidos. Os recursos circulam na própria comunidade e a reposição desses fundos obedece a uma lógica da solidariedade baseada nas regras tradicionais de reciprocidade, que levam qualquer agricultor a compartilhar água de beber porque “no sertão, água não se nega” ou ainda criar seus animais em áreas de pastagens comuns, os fundos de pasto (DUQUE; OLIVEIRA, 2007, p. 1).

A partir de meados dos anos 1980 os FRS foram destinados ao programa de construção de cisternas. Neste contexto a participação dos movimentos sociais do campo e de entidades como Articulação do Semiárido (ASA/PB) <sup>1</sup>, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), a Cáritas e do Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (Patac) foi de fundamental importância na mobilização dessas comunidades, quando debateram a problemática da água e projetaram simbolicamente uma nova concepção do Semiárido <sup>2</sup>.

Se historicamente no Nordeste as representações e as ações estavam baseadas no combate à seca, a partir do final dos anos 1980 começou a se gestar uma nova representação: a convivência com o Semiárido baseada em três eixos: o fortalecimento da organização produtiva do pequeno agricultor, a valorização de suas tecnologias e demais saberes tradicionais, e uma nova relação homem-natureza, via política dos FRS. Neste sentido, a partir de intensos debates foi consensual a construção de cisternas,

Os FRS têm um objetivo imediato: permitir aos produtores organizados em grupos ou associações obter um crédito modesto para construir uma cisterna, uma barragem subterrânea, ou qualquer outro bem necessário para sua convivência com o Semiárido, sem ter que passar pela burocracia e pelas exigências próprias aos bancos, e assegurando que os recursos devolvidos vão ser utilizados por outras famílias ou para outras necessidades do grupo ou da comunidade. A dívida é paga segundo modalidades definidas localmente, em função das possibilidades dos envolvidos.

Até 2006, mais de 22.000 cisternas tinham sido construídas na Paraíba, em 162 municípios. Vale observar que as mesmas têm, no total, uma capacidade de armazenamento de 363.920 m<sup>3</sup>, o que corresponde a 72.784 carros pipa. A difusão da cisterna de placas era acompanhada (como ainda hoje) do diagnóstico da situação hídrica da comunidade, de treinamento de pedreiros, cursos de gestão da água etc. Sua grande aceitação abriu a porta para outras tecnologias ou ações, que foram se multiplicando, atingindo milhares de famílias com centenas de parceiros. As primeiras iniciativas exigiam um mínimo de recursos, mas estes eram limitados. Daí nasceu a idéia de uma espécie de microcrédito privado, que ia constituir um primeiro passo na linha da organização e da ação política. Trata-se dos Fundos Rotativos Solidários, que apresentaremos mais na frente, porque não se limitam às cisternas, mas a todas as iniciativas da ASA na Paraíba (DUQUE, 2008, p.9).

A experiência-piloto com os FRS foi desenvolvida na comunidade de Caiçara, no município de Soledade, no ano de 1993 – ano de seca na região, onde os fundos foram aplicados na construção de cisternas. As primeiras cisternas foram construídas pelo PATAC e em sistema de mutirão tomando por base as cisternas de placa projetadas na Bahia. Duque e Oliveira (2007), pesquisadoras experientes dos FRS na Paraíba, nos contam em riqueza de detalhes como funciona a gestão dos Fundos nas comunidades a partir da lógica da reciprocidade e de sua respectiva organização social, baseada no “conselho” formado pelos chefes de família e na unidade básica que é a família do pequeno agricultor composta por pessoas ligadas por laços de sangue, afinidade e compadrio:

O caso das cisternas é o mais generalizado: um grupo de cinco vizinhos ou parentes recebe o dinheiro correspondendo ao material de uma cisterna. Escolhe-se a família do grupo que receberá a primeira cisterna: aquela que está mais afastada de uma fonte de água, ou que tem mais crianças pequenas etc. Quando nenhum critério distingue uma família, uma é sorteada. O grupo combina também as condições de construção e de pagamento. Por exemplo, cada família cavará ela mesma o buraco

onde a cisterna será construída, ou todos farão esse trabalho em conjunto. Geralmente os cinco chefes de família (ou membros dessas famílias) constroem juntos a primeira cisterna, em regime de « mutirão » (prática tradicional de realização de trabalhos em comum). A construção daquela primeira cisterna vai servir de aprendizagem sob a direção de um instrutor, que depois será dispensado. Após um prazo determinado pelo grupo – por exemplo de seis em seis meses, na oportunidade de uma safra ou da venda de um animal – cada família paga, por exemplo, 20% da dívida, o que permite iniciar a construção de uma segunda cisterna em benefício de uma segunda família do grupo. Em outros casos, o grupo decide de pagar uma quantia menor, porém cada mês. Quando o prazo de pagamento é cumprido – vários anos – a comunidade prefere adotar um fator de correção, por exemplo o preço atualizado do saco de cimento (DUQUE; OLIVEIRA, 2007, p. 3)

O relato acima revela a sistemática da gestão do Fundo pela comunidade. Embora o recurso seja “a fundo perdido”, a comunidade retorna o Fundo para a comunidade em formas de devoluções estabelecidas coletivamente em reuniões. Ao aderirem aos FRS as comunidades assinam um termo de adesão, elaboram um regimento, convocam reuniões, elaboram a sua ata e fazem o controle contábil. Trata-se de um processo pedagógico, porque pequenos agricultores com baixo nível de escolaridade formal aprendem a elaborar uma ata, por exemplo, ou a fazer um controle contábil básico dos recursos que entram e circulam.

A partir de 1993 tais práticas foram institucionalizadas com a denominação de Finanças Solidárias. A institucionalização se realizou por meio da pressão dos movimentos sociais rurais e urbanos e de entidades como a Cáritas e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) até culminar na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES no ano de 2003. A Secretaria está sob a direção de Paul Singer e vinculou-se ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No final de 2000, no Estado da Paraíba, foi lançado pela ASA/Brasil o Programa de Construção de Um Milhão de Cisternas (P1MC) viabilizado pela política dos fundos. Contudo, se as ações iniciais da ASA/PB e das comunidades foram mobilizadas para a construção das cisternas, a partir de então, os FRS foram utilizados para viabilizar outros empreendimentos, tais como a criação de animais, cercado para aves, criação de um banco de sementes comunitário, beneficiamento e comercialização de frutas nativas, tanque de pedra e barragens subterrâneas. Em 2008 a ASA-PB avalia que as experiências com os FRS se desenvolvem em aproximadamente 1.000 comunidades, distribuídas em 147 municípios do Semiárido paraibano articulados por ela. Atualmente seis experiências são financiadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em parceria com a Senaes em comunidades rurais, atendendo aproximadamente 504 famílias, que vivem no litoral, agreste e alto sertão<sup>iii</sup>.

## **2. Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários, política pública de fundos rotativos solidários – breve etnografia**

No BNB as experiências com os fundos foram instituídas no ano de 2004 mediante parceria e convênio firmado entre a instituição bancária, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), para viabilizar a execução de projetos produtivos solidários, prevendo o aporte de recursos financeiros para viabilizar ações produtivas associativas e sustentáveis, que assumam os princípios da Economia Solidária, através de Fundos Rotativos Solidários. Os Fundos por meio de Editais Públicos são destinados aos assentamentos rurais e urbanos. Após a divulgação do Edital as entidades como Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), ASA, PATAC e Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) elaboram um projeto para concorrer ao recurso. Entre 2005 a 2010 o BNB lançou três editais que selecionou e financiou 50 projetos no Programa de Apoio aos Projetos Produtivos Solidários (PAPPS) adotando a metodologia dos FRS. Há estimativas de que 15 mil famílias que vivem na região Nordeste estejam envolvidas com o programa, Segundo coordenador de Estudos e Pesquisas da instituição financeira,<sup>iv</sup>

O PAPPS disponibiliza recursos financeiros não reembolsáveis para apoiar instituições que desenvolvam projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços, situados na área de atuação do BNB. Por meio dos fundos rotativos solidários, investem-se recursos na comunidade, através de empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas beneficiadas nos projetos. Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local. (SANTOS FILHO, 2011, p.8).

A matriz institucional e operacional do PAPPS repousa na metodologia dos Fundos Rotativos Solidários, que são formas de poupança coletivas no meio popular, na forma dinheiro e/ou produtos, geridos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção e comercialização de bens e serviços. A gestão do PAPPS é compartilhada com organizações comunitárias, entidades governamentais e não governamentais, que formam Conselhos Gestores Nacional e Local. v

Portanto, a questão central é compreender no âmbito do capitalismo contemporâneo brasileiro ainda em disputa entre o neoliberalismo e políticas desenvolvimentista, os dilemas postos pelas diferentes trajetórias institucionais e fontes de autoridades de um modelo de ação forjado pela tradição camponesa institucionalizada e incorporada à ritualística de uma política pública governamental, em especial um banco público de desenvolvimento. Assim sendo, quais os limites, avanços e esperanças do aprendizado da gestão compartilhada envolvendo

diferentes matrizes institucionais, e diferentes estilos de organização e tomadas de decisão, que podem ser apreendidos da experiência de gestão social dos Fundos Rotativos Solidários no Nordeste brasileiro?

Como demonstrado até agora, a emergência do PAPPS ocorre no âmbito de um processo histórico de luta e acúmulo de força política das redes e movimentos sociais pelo acesso ao crédito para apoiar seus empreendimentos produtivos solidários. E, por outro lado, o Programa também resulta da estreita interação de técnicos formuladores e gestores de políticas públicas com as demandas históricas destas redes e movimentos sociais, criando uma ambiência favorável para experimentar o PAPPS como unidade de demonstração de inovações na tecnologia creditícia, com base nas experiências de tecnologias sociais desenvolvidas nessas redes tecidas no meio popular.

Neste sentido, a economia solidária foi mais uma das boas idéias que, a partir de 2003, o BNB incorporou no seu portfólio de políticas públicas de crédito para fomentar o desenvolvimento regional – v. Santos Filho (2009). Desde então, o BNB adotou institucionalmente, o apoio à Política Nacional de Economia Solidária, fato que influenciou a implantação da linha “Crediamigo Comunidade”, dentro do Programa de Microcrédito CrediAmigo, gerido pelo BNB. Portanto, o BNB abriu canais de interação e articulação com os movimentos sociais, de certa forma represados ou não reconhecidos pelas administrações anteriores, cujo perfil era marcado pela centralização e inexistência de diálogos com os setores populares e seus representantes vi.

Ainda em 2003, o Banco apoiou, em parceria com a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), a autogestão pelos canavieiros da Usina Catende, localizada em Pernambuco, um emblemático empreendimento da Economia Solidária no Nordeste. Paralelamente, o Banco, através do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE, passou a apoiar a realização de Feiras de Comercialização Solidária na Região, bem como outras iniciativas, a exemplo do I Encontro Internacional de Economia Solidária, realizado em Fortaleza de 08 a 12 de novembro de 2005, com a presença do Secretário Nacional da SENAES, Professor Paul Singer.

Antes, em abril de 2005, foi lançada pelo BNB e SENAES através de Carta Convites, a primeira chamada pública de apoio a projetos do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários. Depois desta, foram lançados um Aviso em janeiro/2008, e outro mais recente, em julho/2010. Nas duas primeiras Cartas Convite, o Comitê Gestor Nacional ingressou no

Programa 17 entidades, e depois mais 33 projetos, num montante de R\$ 4,8 milhões aplicados, sendo R\$ 2,5 milhões da SENAES e R\$ 2,3 milhões alocados pelo BNB/ com recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

**Programa de Apoio  
aos Projetos Produtivos Solidários - PAPPS**

**Distribuição de Crédito / Período de 2005 a 2008**

UF	Quant.	Valor (R\$)	Famílias Beneficiárias
PE	10	1.012.395	1.136
CE	10	989.003	112
BA	6	589.850	360
MG	6	572.195	180
PB	6	477.913	359
MA	4	393.228	382
SE	3	335.000	10
PI	2	200.000	90
AL	2	170.000	218
RN	1	70.000	20
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>4.809.585</b>	<b>2.757</b>

Fonte: BNB/ETENE



Tabela 01 – Aplicações do PAPPS / 2005 a 2008

Dessa forma, foram apoiados 50 projetos, distribuídos por toda área de atuação do BNB, especialmente Ceará e Pernambuco, que concentraram 20 % da demanda do Programa. Estima-se que o número de famílias participantes seja bem maior que o apresentado na tabela abaixo – 2.757, pois são os Comitês locais que decidem as entradas e saídas das famílias nos FRS.

Nesta nova concepção de tecnologia creditícia, o princípio norteador é a participação e o controle social incorporados numa política pública de crédito de âmbito federal, lado a lado com os gestores do setor público, valorizando a organização de redes de cooperação social ligadas aos movimentos populares. Desta forma, se agrega valor ao desenvolvimento das comunidades através da geração de ocupações, rendas e poupanças coletivas. Por conseguinte, também é valorizada e apreciada a identidade cultural urbano/camponesa enquanto elemento crucial do desenvolvimento local. São estas as orientações:

- Desenvolvimento comunitário, geração de ocupação e renda e de poupanças coletivas;
- Organização de redes de cooperação social ligadas aos movimentos sociais;
- Valorização da identidade cultural destacando a diversidade da cultura urbano/camponesa como elemento de desenvolvimento territorial.

Além disso, o PAPPS foca benefícios e, portanto, quer funcionar como porta de saída para pessoas ingressas no Programa Bolsa Família, incentivando o sentimento de pertença ao lugar onde nasceram, descobrindo as potencialidades locais. Neste sentido, outro princípio

norteador no meio rural, é o fortalecimento e desenvolvimento das tecnologias sociais apropriadas à convivência com o Semiárido, como as cisternas de placas, que se contrapõe aos programas convencionais de combate à seca. O Programa se propõe a disponibilizar, de forma democrática, recursos financeiros para organizações da sociedade civil, com o objetivo de estimular a criação e o fortalecimento de ambientes territoriais inovadores a partir de formas de convivência solidária e autogestão. Com a finalidade de se monitorar o Programa em foco foi celebrado convênio de assistência técnica e financeira entre o BNB e a Cooperativa Cultural Universitária da Paraíba - Codisma/UFPB para a realização da pesquisa de avaliação dos FRS.

### **3. A pesquisa de Avaliação e o olhar etnográfico**

A supracitada pesquisa analisa (no sentido de construir uma leitura sobre) a gestão do Fundo e os seus impactos na vida cotidiana dos pequenos agricultores nas seguintes dimensões: geração de renda, nas identidades e nas relações homem-natureza.<sup>vii</sup> Para atingir o objetivo proposto se está desenvolvendo uma metodologia de avaliação de cunho etnográfico, mapeando e desenvolvendo os indicadores locais de sustentabilidade a partir da perspectiva das comunidades <sup>viii</sup>. Os indicadores estão em fase de desenvolvimento e serão aperfeiçoados e testados na etapa II da pesquisa: 1. Economia (cadeias e arranjos produtivos locais) – o indicador robusto é o domínio da cadeia produtiva; 2. Relações de poder local e sua articulação com as demais instâncias (estadual e federal) e estilo de liderança comunitária; 3. Organização social & simbolismo – grau de identificação com a terra; 4. Acesso e domínio das tecnologias de armazenamento da água; 5. Rede de proteção social; 6. Projetos de desenvolvimento local; 7. Acessibilidade à rede pública de ensino; 8. Institucionalidade– distanciamento ou proximidade das boas práticas institucionais .<sup>ix</sup>

Estão sendo etnografadas as experiências de gestão em 15 assentamentos que envolvem 31 famílias situadas no Alto-Sertão, Agreste e Litoral Sul. As entrevistas qualitativas estão sendo realizadas com membros do Comitê Gestor e lideranças locais. O questionário está sendo aplicado com todos os participantes. Cada FRS se configura como uma experiência particular porque a sua gestão se realiza segundo as regras das comunidades, contudo, sua gestão obedece a princípios gerais, como, a formação de um comitê gestor, a realização de reuniões periódicas, simetria, solidariedade, realização de atas e registros contábeis. Por exemplo, no Assentamento Acauã localizado no Alto-Sertão (24 questionários), o programa FRS financia as atividades de artesanato, apicultura, horticultura e

viveiro de mudas, já no município de Santa Cruz as atividades são o artesanato e horticultura. Quem decide a aplicação dos FRS é a comunidade que nomeia um Comitê gestor do Fundo. A comunidade base do relatório é Acauã composta por 114 famílias, dentre estas, 25 famílias participam do FRS. O assentamento foi organizado pelo MST num antigo latifúndio da família Gadelha. A renda das famílias é oriunda do PBF e aposentadoria.

Os grupos produtivos se dividem em: 1) artesanato composto 15 mulheres que confeccionam redes com bordas e varandas, 2) apicultura composto por 35 participantes articulados em rede, 3) horticultura composto por 15 participantes que plantam alface, coentro, pepino, cenoura, couve, cebolinha sem agrotóxicos na horta comunitária do assentamento, 4) No grupo de Viveiro de Mudas, composto por treze adolescentes e crianças, que ainda estão estudando e se ocupam com os afazeres domésticos que produzem mudas de algaroba, andiroba e frutas. Os grupos produtivos recebem apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) articulado a ASA/PB. A seguir apresentamos os indicadores baseados na experiência de Acauã:

1. **Domínio da Cadeia Produtiva e arranjos produtivos locais:** A base produtiva é a agricultura familiar com o cultivo de milho, feijão, batata, tomate, pepino e outras culturas tradicionais. Os FRS financiam quatro grupos produtivos. Com exceção das artesãs, os demais grupos têm o domínio da cadeia produtiva para seus produtos, isto é vendem diretamente na feira livre (horticultura) e ao PNAE (mel). Neste sentido, o impacto do FRS em termos de incremento na renda é mais expressivo em relação aos grupos que vendem ao atravessador.
2. **Gênero:** a expressiva participação das mulheres nos FRS sinaliza para reconfigurações nas relações de gênero na família sertaneja. As artesãs (quinze mulheres) vendem seus produtos em eventos típicos da região, produzem na associação comunitária do assentamento.
3. **Relação de Poder – estilo da liderança:** Não há relações de dependência com políticos locais ou famílias tradicionais da região. O vice-prefeito é assentado e presidente do STR que facilita a interação entre comunidade e prefeitura. A liderança local é considerada democrática e legítima.
4. **Organização Social & simbolismo:** Todos os participantes entrevistados demonstram grande apego e identificação com a “terra”, a grande maioria possui os seus antepassados ligados também a questão da terra. Os entrevistados se identificam como agricultores, que apesar de todas as dificuldades encontradas para manter-se na zona rural, seja pela

precariedade das tecnologias produtivas, ou por falta de incentivo das grandes autoridades.

5. **Tecnologias de armazenamento da água:** Com exceção dos moradores do Assentamento Nova Vida I, que ainda não possuem casas de alvenaria, todos os participantes visitados possuem uma cisterna – para consumo da família – e a maioria tem duas ou mais para uso no cultivo e na criação de animais. E no caso do Assentamento Nova Vida I que não possuem cisternas o abastecimento de água é feito por carro-pipa e por uma caixa d’água comunitária, que fica no meio do assentamento e todos podem ter acesso. O acesso para todas essas comunidades é através de “estrada de barro” de “terra batida”, em péssimo estado de conservação.
6. **Redes de Proteção Social:** 100% dos participantes são beneficiadas com o Programa Bolsa Família e, havendo um número significativo de participantes não que possuem aposentadoria de 71,05%.
7. **Concepções e Projetos de desenvolvimento:** Podemos considerar os Fundos Rotativos como uma política de desenvolvimento local, uma vez que esta visa à melhoria e a mudança na vida cotidiana dos agricultores. No qual a técnica de cultivo Mandala, obedece à um sistema lógico. Ou seja, serve para facilitar na irrigação da horta, acompanhando o ciclo das plantações como, por exemplo; as plantações em círculos favorecem o desempenho uma da outra, no primeiro ciclo vem à banana, no segundo vem o mamão, no terceiro vem às hortaliças e aos fundos da Mandala outras plantas como a macaxeira. Percebi que neste grupo que são beneficiados com o projeto das hortaliças também tem como base a solidariedade, onde estes utilizam da Mandala maior para que em grupo produzam com qualidade facilitando o processo de comercialização.
8. **Sistema de Educação:** As comunidades rurais possuem escola pública até o Ensino Fundamental I, a partir do Ensino Fundamental II encontra-se apenas na cidade. O município fica próximo de um grande pólo sertanejo a cidade de Sousa, onde muitos estudantes que concluem o Ensino Médio se deslocam até Sousa que fica dezoito quilômetros de Aparecida para fazer o ensino superior ou técnico, em Universidade Federal. A prefeitura local disponibiliza transporte para a locomoção dos estudantes, embora não esteja em bom estado de conservação
9. **Institucionalidade:** Poder público local atende aos quesitos do marco legal e compra a produção de mel para a merenda escolar no PNAE. FRS causa maior impacto quando há

boas práticas institucionais e um marco legal propício aos empreendimentos econômicos solidários.

No Litoral Sul os FRS financiam a apicultura envolvendo quinze famílias que vivem nos assentamentos Tambaba, Frei Anastácio, Dona Antonia, Rick Charlie, Barra de Gramame e na Granja Nossa Senhora da Boa Vista. A entidade que é o Serviço Pastoral dos Migrantes. Com o financiamento foi comprado os equipamentos, a máquina de sache e construída a casa do mel. Há problemas de mercado. Estão produzindo e comercializando o mel de forma individual. Há dificuldades para se realizar reuniões para discutir a gestão do FRS devido à falta de recursos financeiros e a dispersão geográfica entre os assentamentos. A prefeitura local privilegia os assuntos da indústria do turismo em detrimento dos interesses dos assentados que são invisíveis perante a sociedade e os poderes locais. Do ponto de vista da identidade do grupo, como se trata de um grupo heterogêneo e que vive próximo da zona urbana, há um grau baixo de identificação com a terra e agricultura familiar, muitos trabalham em outras atividades. Muitos participantes desconhecem a proposta do FRS, que se baseia na solidariedade, reciprocidade e emancipação política. Apesar das limitações o grupo tem intenções de produzir a própolis e o veneno da abelha, produtos de alto valor agregado e vender para o PNAE.

No Agreste e Alto Sertão os dados revelam o papel fundamental do STR na gestão do FRS no sentido de orientar e informar sobre a sua metodologia. Os dados indicam que quanto maior a identificação com a agricultura familiar, distanciamento das práticas clientelistas, coesão sólida e imersa em redes a comunidade estiver inserida maior impacto terão os FRS. Fundamental relevância é a capacidade de organização política da comunidade, o domínio da cadeia produtiva pela comunidade e a observância do marco legal, particularmente o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA pela prefeitura.

Os indicadores nos permitem apreender o perfil dos participantes da política dos Fundos: Em primeiro lugar são camponeses assentados da reforma agrária, neste sentido, a mobilização política pela terra é um fator preponderante, assim como a atuação do Movimento dos Sem Terra - MST, do STR, das Comunidades Eclesiais de Base e da ASA/PB. A maioria dos participantes tem família com dois ou três filhos. Quatro anos de Escolaridade formal e uma taxa elevada de analfabetismo. As crianças freqüentam a escola, mas os jovens encontram dificuldade de acesso à rede pública de ensino porque precisam trabalhar e auxiliar na renda familiar e devido à distância das escolas de ensino médio. Poucos freqüentam a universidade. A atividade econômica é a agricultura familiar para subsistência e

o excedente para comercialização. As famílias não têm o domínio da cadeia produtiva, porque vendem ao atravessador e não há canais de comercialização nas comunidades, é uma limitação de ordem estrutural para a efetividade da política social. Com relação às práticas patrimonialistas, a pesquisa não identificou grau de dependência com os políticos locais, contudo, seria necessária mais pesquisa de campo para detectar a proximidade ou distanciamento de tais práticas. As comunidades têm significativa articulação com o STR que realiza gestões no sentido de promover a organização política e produtiva da comunidade.

Os impactos na vida das comunidades podem ser observados em quatro dimensões:

1) **organização produtiva e política:** Os FRS são auto-geridos pelas comunidades, neste sentido, há um processo de aprendizado do exercício da democracia, onde o STR desempenha papel de relevo. Assim, foi perceptível o nível de organização de diversos grupos nos quais os líderes sindicais juntamente com os participantes do FRS, discutiam durante as reuniões o aprimoramento do programa social do FRS, dentro da comunidade e também visando uma ampliação deste programa para comunidades que ainda não são contempladas. Vale ressaltar que a democracia é um valor muito apreciado pelas comissões e pelos participantes, havendo transparência na gestão dos projetos financiados pelo FRS, buscando envolver os participantes nas reuniões, alertando-os para uma produção solidária e consciente, não exaltando o lucro excessivo que a lógica capitalista prega. Segundo os participantes a gestão local das comunidades não prioriza o lucro excessivo, enfatizando uma produção consciente e solidária. Foi através do questionário que algumas pessoas relataram a satisfação com os líderes sindicais:

**Qual a sua opinião sobre a gestão dos FRS?** “Muito boa, ótima. O grupo que escolhe por meio de votação é muito organizada”; “ Bom demais, tá ótimo”; “ Nota dez, tudo é decidido em grupo: “ Bom, muito bom, ótimo” e também no âmbito da solidariedade, havendo um fortalecimento da solidariedade entre os grupos; entrevista Assentamento Acauã-Aparecida-PB, 08.02.2010; Assentamento Nova Vida I - Aparecida-PB, 20.02.2010; Sítio Tigre Santa Cruz-PB, 10.02. 2010; e Sítio Tigre – Santa Cruz- PB, 10.02. 2010:

2) Nas relações de gênero com a expressiva participação das mulheres nas atividades financiadas pelos FRS;

3) Construção de uma cultura agro-ecológica por meio da participação dos jovens e das crianças;

4) Identidades – ressignificação das identidades camponesas em contexto novo, como diria Sahlins (1999);

5) Na saúde e dita alimentar das famílias com a aquisição das cisternas que aumenta a produtividade agrícola e com a prática da horta orgânica, gerando impacto imediato na dieta alimentar.

A pesquisa está em fase inicial, mas já aponta para o potencial da etnografia e dos indicadores locais para a avaliação de políticas sociais segundo a perspectiva das comunidades, ou seja, de suas respectivas visões de mundo, ao mesmo tempo, nos revela os fatores estruturais que limitam a efetividade das mesmas, a exemplo da acessibilidade da comunidade à rede pública de ensino e às novas tecnologias de informação. Neste sentido, o grande embate oscila entre a reprodução de uma estrutura social excludente e as mudanças sociais emancipatórias que as políticas sociais podem nos trazer.

#### **4. BIBLIOGRAFIA**

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programa de apoio a projetos produtivos solidários**. Fortaleza: BNB, 2006.

CAILLÉ, Alain. **Critique de la raison utilitaire**. Manifeste du Mauss (mouvement anti-utilitariste dans les sciences sociales). – Avant-propos et postface inédits de l’auteur. Paris: La Découverte, 2003.

DINIZ, Paulo César Oliveira. **Ação coletiva e convivência com o Semi-Árido**: a experiência da Articulação do Semi-Árido Paraibano. Campina Grande: UFPB, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, março de 2002, 121 p. anexos, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural.

DUQUE, Ghislaine. **A articulação do semi-árido brasileiro**. Camponeses unidos em rede para defender a convivência no semi-árido. UFPB: Campus Campina Grande, 2008, 23p.

DUQUE, G. & OLIVEIRA, M.S.L. **Comunidade rural e cooperação entre camponeses**: os Fundos Rotativos Solidários na Paraíba. V Congresso Europeu CEISAL de Latino Americanistas, Bruxelas, Bélgica, de 11 a 14/04/2007, 10 p.

GONÇALVES, A. F. e SANTOS FILHO, C. **Os Fundos Rotativos Solidários e a Agro-ecologia**: mediações culturais em comunidades camponesas no Nordeste brasileiro. Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, Pernambuco, Brasil, 11/2010.

HECK, Selvino. **Fundos solidários/rotativos**. Apoio a projetos produtivos solidários. Brasília, 2006. 2p. Disponível em [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br). Acesso em: 18.mar.2009.

MOTA, José Rubens Dutra. **Políticas Públicas e Economia Solidária**. Avaliação do projeto Sementes da Solidariedade. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. Dissertação de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, 2009. 56p.

SANTOS FILHO, Clarício (2009). O Banco do Nordeste e as boas idéias para o desenvolvimento regional. In: **Boas Idéias em Comunicação**: o que os outros não dizem. Adital/BNB, Fortaleza-CE, 2009.

\_\_\_\_\_. Fundos Rotativos Solidários: uma experiência de gestão social de recursos públicos nos marcos da economia solidária no Nordeste do Brasil. In. **III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**, Universidade Federal de Lavras, 2010;

\_\_\_\_\_. **Fondos Rotativos Solidarios**: dilemas en la gestión social de recursos públicos en las comunidades campesinas en el noreste brasileño. Convención Internacional de Antropología. Havana, Cuba, 2011

SILVA, Roberto Marinho Alves. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Brasília, Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Tese de Doutorado, 2006. 298p.

**Notas:**

---

<sup>1</sup> A ASA/Paraíba foi constituída no ano de 1993 e a ASA/Brasil em 1999 a partir da temática da água e da construção de uma nova concepção do desenvolvimento do semiárido. A construção de cisternas foi o grande eixo que articulou a temática da água a uma nova concepção de semiárido. A trajetória da ASA/PB está relatada em DINIZ (2002) e resumida em DUQUE (2008).

<sup>2</sup> As informações sobre os FRS no Estado da Paraíba foram coletadas em entrevista realizada em 19.03.2009 na sede do Patac em Campina Grande, onde participaram: a professora e pesquisadora Ghislaine Duque da UFCG, Camelo e Waldir, ambos da ASA e PATAc e do Comitê Nacional de apoio aos FRS composto por entidades da sociedade civil, MDS, MTE, Senaes, MDA e BNB.

<sup>iii</sup> O BNB, criado pela Lei Federal nº 1.649, de 19 de julho de 1952, é uma instituição voltada para o desenvolvimento regional sustentável, com atuação em 1.986 municípios situados nos nove estados nordestinos e no norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Opera como órgão executor de políticas públicas destinadas a reduzir as desigualdades socioeconômicas entre sua área de atuação e as regiões mais desenvolvidas do país (BNB, 2006, p.11).

<sup>iv</sup> A pesquisa nacional de mapeamento dos FRS será realizada no ano de 2011 e 2012 pela Cáritas e Fundação Esquel .

<sup>v</sup> Cf. SANTOS FILHO (2010). As reflexões contidas sobre os Papps foram apresentadas na 27 RBA.

<sup>vi</sup> Conforme apontou MOTA (2009), “embora se saiba que gestões anteriores tenham implantado programas como o BNB/PNUD, o “Farol do Desenvolvimento” e o CREDIAMIGO, orientados por articulações com os movimentos sociais, deve-se reconhecer que isto ocorreu muito mais por conta de posições isoladas do que institucionais”. Explica o autor que o PNUD atua para revigorar as parcerias regionais, e age como mediador e promotor de alternativas de desenvolvimento, como por exemplo, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local (PADL). A experiência piloto do PADL em parceria com o BNB foi desenvolvida no ano de 1996 em Tejucooca-Ce e, em seguida, em dois municípios pernambucanos: Catende e Timbaúba-Pe.

<sup>vii</sup> Cf. Relatório Final apresentado ao Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) do Banco do Nordeste do Brasil.

<sup>viii</sup> Há um blog em construção da pesquisa com alguns artigos e imagens da pesquisa. <http://www.fundosolidario.blogspot.com/>

<sup>ix</sup> Cf. GONÇALVES E SANTOS (2010). Os indicadores estão em fase de desenvolvimento e serão aperfeiçoados e testados na etapa II da pesquisa.